



SGD: 2020/39009/006685

OFÍCIO Nº 423/2020/GABSEC.

Palmas, 11 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
MAURO CARLESSE
Governador do Estado do Tocantins
Palmas/TO

Assunto: Autorização para tratativas sobre o REDD+.

Excelentíssimo Senhor Governador,

1. Após cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência atenção para que possamos iniciar as tratativas para negociar os créditos de redução de emissões de carbono.
2. Importa informá-lo que buscamos atender ao preceito do inciso I do art. 41 do Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 12.651/2012, que resumidamente, autoriza a instituir, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, com redução dos impactos ambientais.
3. Como citado, o inciso I da referida Lei, explicitamente trata do pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas que gerem serviços ambientais, tais como o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono.
4. Em recente relatório da área técnica desta Pasta, foi informado que o principal desafio é o tempo disponível para contratação, sob o risco de perder a janela de acesso aos recursos do mercado voluntário disponíveis neste momento.
5. Assim sendo, peço a autorização de Vossa Excelência para darmos prosseguimento aos trâmites legais e institucionais quanto ao cadastro no sistema ART/TREES e estudos aprofundados do tema, no que tange à proposta de normas específicas.
6. Aproveitando o ensejo, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

(Assinado Digitalmente)
RENATO JAYME DA SILVA
Secretário



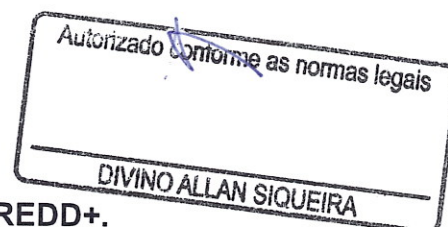


SGD: 2020/39009/006685

OFÍCIO Nº 423/2020/GABSEC.

Palmas, 11 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
MAURO CARLESSE
Governador do Estado do Tocantins
Palmas/TO

**Assunto: Autorização para tratativas sobre o REDD+.**

Excelentíssimo Senhor Governador,

1. Após cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência atenção para que possamos iniciar as tratativas para negociar os créditos de redução de emissões de carbono.
2. Importa informá-lo que buscamos atender ao preceito do inciso I do art. 41 do Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 12.651/2012, que resumidamente, autoriza a instituir, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, com redução dos impactos ambientais.
3. Como citado, o inciso I da referida Lei, explicitamente trata do pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas que gerem serviços ambientais, tais como o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono.
4. Em recente relatório da área técnica desta Pasta, foi informado que o principal desafio é o tempo disponível para contratação, sob o risco de perder a janela de acesso aos recursos do mercado voluntário disponíveis neste momento.
5. Assim sendo, peço a autorização de Vossa Excelência para darmos prosseguimento aos trâmites legais e institucionais quanto ao cadastro no sistema ART/TREES e estudos aprofundados do tema, no que tange à proposta de normas específicas.
6. Aproveitando o ensejo, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

(Assinado Digitalmente)
RENATO JAYME DA SILVA
Secretário





Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Documento Nº 2020/39009/006685

Origem

Órgão SEMARH
Unidade GABSEC
Enviado por KARINNY MARQUES FERREIRA
Data 15/12/2020 12:14

Destino

Órgão SEMARH
Unidade DIGA
Aos cuidados de MARLI TERESINHA DOS SANTOS

Despacho

Motivo CONHECER
Despacho AUTORIZADO PELO GOVERNADOR.



SGD: 2020/39009/006814

OFÍCIO Nº 431/2020/GABSEC/SEMARH.

Palmas, 18 de dezembro de 2020.

A Sua Senhoria a Senhora

Mary Grady

Diretora do Secretariado

Architecture for REDD+ Transactions (ART) Program

Arlington – Virgínia – EUA

Assunto: Submissão da Nota Conceitual do Estado do Tocantins ao ART TREES.

Senhora Diretora,

1. Considerando os constantes esforços do Governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, em reduzir, prevenir e monitorar o desmatamento, através de seus planos, projetos e programas;
2. Considerando que tais esforços geraram reduções de emissões jurisdicionais estaduais de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, levando em conta o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal no estado; que podem ser usados como créditos de carbono;
3. Considerando que estas reduções de emissões jurisdicionais supracitadas possuem um valor monetário agregado e que são passíveis de serem transacionadas, desde que validadas e verificadas em *Standard* desenhado para garantir a sua qualidade e integridade ambiental, bem como, desde que sejam respeitadas as normas legais vigentes; e
4. Considerando os esforços técnicos realizados por esta pasta na identificação de possíveis oportunidades para captação de recursos oriundos de créditos de carbono.
5. Encaminhamos a Nota Conceitual do Programa Estadual de REDD+ do Tocantins, anexa a este ofício, para a Vossa revisão e identificação de possíveis ajustes necessários para a devida aprovação como participante do Architecture for REDD+ Transactions (ART) Program, pelo seu secretariado, enquadrado em seu *Standard* TREES (The REDD+ Environmental Excellence Standard).

Atenciosamente,

(Assinado Digitalmente)

RENATO JAYME DA SILVA

Secretário



The TREES Concept requests preliminary information about a proposed Participant that demonstrates that the Participant meets the TREES eligibility criteria and provides preliminary information regarding the other requirements under TREES. Participants should complete this form using information and estimates available at the time of submission. The ART Secretariat will review for completeness and conduct a general eligibility screening based on the information provided. The information will not be validated or verified as it is anticipated that the information will likely change during development of the TREES Registration Document (TRD) as more detailed analyses and calculations are conducted.

Please complete the form and submit it to the ART Secretariat through your ART Registry account. Any accompanying documents may be uploaded to the ART Registry account as well.

1. PARTICIPANT INFORMATION

ENTITY

COUNTRY

Brazil

JURISDICTION (if registering as a sub-national Participant)

Tocantins

REPRESENTATIVE ORGANIZATION AND CONTACT INFORMATION

ORGANIZATION NAME

Secretary of Environment and Water Resources (SEMARH)

MAILING ADDRESS

Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas - Tocantins. CEP 77.001-002

FIRST NAME

Renato

LAST NAME

Jayme da Silva

EMAIL ADDRESS

chefiagabinete@semades.to.gov.br

TELEPHONE

+55 (63)-3218-7799

BRIEF DESCRIPTION OF LEGAL AUTHORITY TO REPRESENT COUNTRY OR JURISDICTION

The State Secretary of Environment and Water Resources (SEMARH) has the legal authority to represent the State in proposing the State's Jurisdictional REDD+ Program. Under the State Government of Tocantins, SEMARH was created in 2002 and its responsibilities and legal jurisdiction were defined by Law No 3.421 <<https://central3.to.gov.br/arquivo/451499/>>, March 8, 2019, Chapter III Art, 16. These authorities include: planning, coordinating and

REPRESENTATIVE ORGANIZATION AND CONTACT INFORMATION

monitoring State policies on environment, water resource protection, conservation and sustainable use of ecosystems, biodiversity and forests. SEMARH's legal authorities are further detailed in a Letter of Services to the users <<https://central3.to.gov.br/arquivo/476127/>> that include measurement and valuation of environmental assets of the State of Tocantins and the implementation of projects to adapt to climate change.

2. PROGRAM PARTNERS

Provide a list of any other organizations and individuals who have or will assist in preparing the TREES documentation, including additional government agencies, non-governmental organizations (NGOs), and/or additional technical consultants.

Earth Innovation Institute,

The Tocantins State Attorney Office,

The German Agency of International Cooperation (GIZ),

Tocantins Participações

3. REFERENCE PERIOD AND INITIAL CREDITING PERIOD

Identify the anticipated dates for the 5-year historical reference period and the initial crediting period.

REFERENCE PERIOD

mm/dd/yyyy	mm/dd/yyyy
Start 1/1/2011	End 12/31/2015

CREDITING PERIOD

mm/dd/yyyy	mm/dd/yyyy
Start 1/1/2016	End 12/31/2020

4. ACCOUNTING AREA

Identify whether the proposed accounting area is national or subnational. If a subnational accounting area will be used, list which jurisdiction or jurisdictions are expected to be included. A georeferenced geographic information system (GIS) shape file of the accounting area (subnational or national) boundaries must be submitted along with this document.

The accounting area is subnational, corresponding to the entire area of the state of Tocantins, one of the nine states of the Brazilian Legal Amazon region. The state's area covers 277.721 km², composed of the Amazon (13%) and Cerrado (87%) biomes. Tocantins is located in Central Brazil and is bordered to the northeast by the states of Maranhão and Piauí, Bahia to the east, Goiás to the south, Mato Grosso to the west, and Pará to the northwest. Coordinates: 10°11'S 48°20'W. A map of the State is included in Annex 1 and the shape file of the state of Tocantins boundaries as accounting area is included in Annex 2.

TOTAL HECTARES (HA) OF FOREST IN ACCOUNTING AREA

18,151,564.41 ha

The forest in the accounting area is calculated based on the area classified as forest under Brazil's official national definition in its official submission of its FREL to the UNFCCC. The calculated area is comprised of historic vegetation cover in the state in both the Amazon and Cerrado biomes, as defined in forest reference emissions levels (FRELs) for each respective biome (FREL Amazonia and FREL Cerrado). The information on the past vegetation in the FRELs for both biomes originates in the vegetation map developed in the Second National Inventory, same provided by Brazilian Institute of Geography and Statistic [IBGE]. The calculation of forest area discounts the area already deforested. Thus, it represents the total area of forest in Tocantins by the beginning of the crediting period (1/1/2016).

PERCENTAGE (%) OF NATIONAL FOREST COVERED BY ACCOUNTING AREA

5%

The accounting area includes approximately 5% of primary national forest area in the Amazon and Cerrado biomes, in accordance with the concept of forest defined in the FREL Amazon and Cerrado submissions and the IBGE database.

5. ELIGIBILITY CRITERIA

Check the appropriate box below for each criterion to indicate whether the criterion is met or is not applicable. Supporting evidence is expected to be provided in other sections of the TREES Concept and is not required to be duplicated here. However, additional information can be included in the box below if desired.

CRITERIA MET	NOT APPLICABLE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	The TREES Participant is a national government or subnational government no more than one level down from national level.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<p>If a subnational accounting area is proposed by a national government or by a subnational government:</p> <ul style="list-style-type: none"> • The boundary of the subnational accounting area corresponds with the entire area of one or several administrative jurisdictions no more than one level down from national level; AND • The accounting area is comprised of a total forest area of at least 2.5 million hectares
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	If the Participant is a subnational government, the Participant has or will have a letter from the national government authorizing the Participant's application to and participation in ART.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	The Participant or the Participant's country has included forests in their NDCs.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	The Participant or Participant's country has a system for providing information on safeguards.

Provide any additional information regarding the above criteria as needed.

1. The participant is the subnational government of the state of Tocantins (one level down of national).

Check the appropriate box below for each criterion to indicate whether the criterion is met or is not applicable. Supporting evidence is expected to be provided in other sections of the TREES Concept and is not required to be duplicated here. However, additional information can be included in the box below if desired.

2. The accounting area corresponds to the entire area of the state (27.77 million hectares) with an area of forest around 18 million hectares in Amazonia and Cerrado biomes.

3. Regarding a letter of the national government authorizing the State's applications to and participation in ART, the state is proceeding with the protocols and requirements to obtain this letter. However, in accordance with the Brazilian legal framework, states have the authority to legislate on environmental issues, with clear constitutional permission for state legislative actions to create their own programs and systems for REDD+. Tocantins was an "early mover" in Brazil, establishing its Climate Change, Environmental Conservation and Sustainable Development Policy by the State Law Nº 1.917 on April 17, 2008, including the regulation of REDD initiatives as one of the objectives. It is important to note that the State legal framework is aligned with the Federal Law and the new text of the national Forest Code (Federal Law No. 12.651/2012), and other recently adopted Federal regulations such as the Resolution Nº3/2020 of the National Commission of REDD+ (CONAREDD), recognizing the Voluntary Market.

4. Neither Brazil nor the State of Tocantins have established a Safeguard Information System (SISREDD+) yet. Nevertheless, Brazil already conducted a broad discussion through a multistakeholder dialogue process at national level, to collect information and recommendations to develop the SISREDD+ (<http://redd.mma.gov.br/pt/salvaguadas>). In July 22, 2020, CONAREDD established the Technical Working Group on Safeguards to continue the development and implementation of the SISREDD+. Although the system has not been formally established and finalized, Brazil has already reported to the UNFCCC (1st Safeguard information summary and 2nd Safeguard information summary available at the InfoHub Brasil site) on performance with respect to each safeguard. In addition, Tocantins will develop the State Safeguard Information System for the REDD+ Jurisdictional Program in accordance with the national framework and technical cooperation from the German government through GIZ.

6. OWNERSHIP RIGHTS TO EMISSIONS REDUCTIONS TO BE ISSUED BY ART

Provide a brief summary of the Participant's rights to the ER's generated from the accounting area or a description of how rights will be obtained in accordance with domestic law including where agreements have been made providing such rights. This may include regulatory frameworks, laws or administrative orders, and agreements for the transfer of ER rights or other arrangements that exist with landowners or project owners.

The state of Tocantins, in accordance with its constitutional authority to legislate on environmental matters, as described previously, enacted its Climate Change, Environmental Conservation and Sustainable Development Policy under State Law nº 1.917 of april 17, 2008, which addresses the question of rights to the emissions reductions. As such, the state of Tocantins has reserved for itself the role of principal and original developer of the management system of programs with the primary function of the valuation, valorization, and management of tocantins' emissions reductions from deforestation and net emissions of greenhouse gases, increasing environmental conservation and sustainable development actions, so that they are protected and preserved to become a source of sustainable resources, providing adequate distribution of economic and social benefits (article 3 and article 8).

Also under article 19, the state of Tocantins is authorized to sell emission reductions and carbon credits, of which it is a beneficiary or holder, provided that they are duly recognized or certified, resulting from: i - avoided carbon emissions in projects under the cdm, natural forests, afforestation and reforestation of degraded areas or converted to alternative land use; ii - of projects or activities to reduce greenhouse gas emissions, within the scope of the united nations framework convention on climate change; iii - other mechanisms and market regimes for reducing greenhouse gas emissions. single paragraph. the credits referred to in this article can be disposed of in the Brazilian Emissions Reduction Market – MBRE, when such market is created or in other national or international markets that respect the national and international legislation in force. This is particularly aligned with the current National Forest Code (Federal Law nº 12651/2012, art. 41º), as well as with the Federal Decree nº 10144 of november 28,2019 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10144.htm), which reactivates the National Comission on REDD+ without prohibiting the states from using emission reductions within the voluntary market. Finally, the CONAREDD+ Resolution nº 3/2020 recognized the voluntary market.

In relation to the legal and administrative instruments to advance implementation, the state has already established a public-private corporation that is under reform and will take the name of "Tocantins Partnerships". Among the corporation's principal objectives is to provide services to the direct and indirect public administration bodies for the sale of environmental assets and carbon credits, resulting from environmental services and products linked to sustainable forest management and the conservation, maintenance and increase of forest

carbon stocks in the state. The proposal for reform is currently with the state legislative assembly for analysis and approval.

7. SAFEGUARDS OVERVIEW

For each indicator below, indicate whether the Participant plans to demonstrate conformance with the indicator during the first verification or if the Participant plans to provide a plan for achieving conformance over the first crediting period.

CANCUN SAFEGUARD A

THEME A.1 Consistency with the objectives of national forest programs

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Domestic legal framework for REDD+ actions is clearly defined and designed in consistency with national and if applicable, subnational, forest policies/programs.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of, mandates, procedures and resources to ensure REDD+ actions are integrated into the broader policy framework of the forest sector, and inconsistencies identified and resolved.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Implementation of REDD+ actions has been consistent with or complemented the objectives of the national and if applicable, subnational, forest policies/programs.

CANCUN SAFEGUARD A

THEME A.2 Consistency with the objectives of relevant international conventions and agreements

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Domestic and if applicable, subnational, legal framework for REDD+ actions recognize and promote the application of ratified relevant international conventions and agreements in the context of implementation of REDD+ actions.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to ensure REDD+ actions integrate specific measures that recognize and promote the application of ratified relevant international conventions and agreements.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Implementation of REDD+ actions has been consistent or has complemented the objectives of identified, ratified and relevant international conventions and agreements.

CANCUN SAFEGUARD B

THEME B.1 Respect, protect, and fulfill the right of access to information

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Participants have in place procedures for accessing information in accordance with international human rights standards, and these are anchored in relevant ratified international

CANCUN SAFEGUARD B

		conventions/agreements and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions and agreements and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework, policies, and programs for accessing information.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Public has been aware of and exercised the right to seek and receive official information on the implementation of REDD+ actions, as well as the addressing and respecting of safeguards throughout that implementation.

THEME B.2 Promote transparency and prevention of corruption, including the promotion of anti-corruption measures

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Participants have in place anti-corruption measures reflecting the principles of rule of law, proper management of public affairs and public property, integrity, transparency, and accountability, and these are anchored in relevant ratified international conventions/agreements and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal frameworks that includes anti-corruption measures reflecting principles of the rule of law, proper management of public affairs and public property, integrity, transparency, and accountability.

CANCUN SAFEGUARD B

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: The distribution of REDD+ benefits related to the implementation of the REDD+ results-based actions have been carried out in a fair, transparent, and accountable manner, as per relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework.
--------------------------	-------------------------------------	--

THEME B.3 Respect, protect, and fulfill land tenure rights

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Participants have in place procedures for the recognition, inventorying, mapping, and security of customary and statutory land and resource tenure rights where REDD+ actions are implemented, and these are anchored in relevant ratified international conventions/agreements and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework that includes an effective process to recognize, inventory, map, and secure (statutory and customary) rights to lands and resources relevant to the implementation of REDD+ actions.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: In conformity with relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework stakeholders had access to, use of, and control over land and resources; and no involuntary relocation took place without the free, prior, and informed consent (FPIC) of any indigenous peoples and local communities (or equivalent) concerned.

CANCUN SAFEGUARD B

THEME B.4 Respect, protect, and fulfill access to justice

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Participants have in place procedures for guaranteeing non-discriminatory and non-cost prohibitive access to dispute resolution mechanisms at all relevant levels, and these are anchored in relevant ratified international conventions/agreements and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic legal framework that includes judicial and/or administrative procedures for legal redress, which, inter alia, provide access for indigenous peoples, local communities, or equivalent stakeholders with a recognized legal interest.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Resolved disputes, competing claims, and effective recourse and remedies have been provided when there was a violation of rights.

CANCUN SAFEGUARD C

THEME C.1 Identify indigenous peoples and local communities, or equivalent

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Participants have in place procedures that require the identification of the distinct identity of indigenous peoples, and local communities, or equivalent, and their respective rights, and these are anchored in relevant ratified international conventions/agreements and/or

CANCUN SAFEGUARD C

		domestic and if applicable, subnational, legal framework.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework that identify indigenous peoples and/or local communities, or equivalent, and their respective rights.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Indigenous peoples and local communities, or equivalent, have been identified and their respective rights and interests have been recognised in the design of REDD+ actions.

THEME C.2 Respect and protect traditional knowledge

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Relevant ratified international conventions/agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework define, respect, and protect indigenous people's knowledge and/or local communities' knowledge.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework that aim to protect the rights of indigenous peoples and/or local communities over their respective traditional knowledge, innovations, and practices.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Traditional knowledge of indigenous peoples and/or local communities, or

CANCUN SAFEGUARD C

equivalent, has been identified and incorporated in the design and implementation of REDD+ actions.

THEME C.3 Respect, protect, and fulfill rights of indigenous peoples and/or local communities, or equivalent

CONFORMANCE

PLAN FOR CONFORMANCE



STRUCTURAL INDICATOR: Participants have in place processes that recognize, respect, and protect human rights and fundamental freedoms for its citizens, recognizing the distinct identity and rights of indigenous peoples and/or local communities, or equivalent, in conformity with customary law, institutions, and practices as applicable and these are anchored in relevant ratified international conventions/agreements and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework.



PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework to protect and fulfill the rights of indigenous peoples local communities, or equivalent and guarantee respect for their integrity throughout the implementation of the REDD+ actions.



OUTCOME INDICATOR: Human rights and fundamental freedoms of indigenous peoples and local communities, or equivalent, have been identified and incorporated in the design and implementation of REDD+ results-based actions.

CANCUN SAFEGUARD D

THEME D.1 Respect, protect, and fulfill the right of all relevant stakeholders to participate fully and effectively in the design and implementation of REDD+ actions

CANCUN SAFEGUARD D

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Participants have in place procedures that recognize, respect, and protect the right of all relevant stakeholders to participate fully and effectively, including timely access and culturally appropriate information prior to consultations, and these are anchored in relevant ratified international conventions/agreements and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework; access is established to recourse mechanisms to ensure the participation process is respected.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework to enable and ensure full, effective and timely participation in the design and implementation of REDD+ actions.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Relevant stakeholders have participated fully and effectively in the design and implementation of REDD+ actions.

THEME D.2 Promote adequate participatory procedures for the meaningful participation of indigenous peoples and local communities, or equivalent

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic legal framework recognizes, respects, and protects the respective rights to participation of indigenous peoples, local communities, or equivalent, through their respective decision-making structures

CANCUN SAFEGUARD D

		and processes, ¹ which requires appropriate procedures take place in a climate of mutual trust.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework to ensure, where relevant, the participation of indigenous peoples and/or local communities, or equivalent according to their respective rights and decision-making structures and procedures.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: Planning, coordination, implementation, and evaluation of REDD+ actions were, where relevant, undertaken with the participation of indigenous peoples and/or local communities, or equivalent, including if applicable through FPIC, in accordance with relevant international and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework, and in accordance to according to their respective rights and decision-making structures and procedures.

CANCUN SAFEGUARD E

THEME E.1 Non-conversion of natural forests

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic legal framework consistently define the term

¹ If the institutions consulted are not considered representative by the people they claim to represent, the consultation may have no legitimacy. "If an appropriate consultation process is not developed with the indigenous and tribal institutions or organizations that are truly representative of the communities affected, the resulting consultations will not comply with the requirements of the Convention" (ILO Governing Body, 282nd session, 2001, GB.282/14/2).

CANCUN SAFEGUARD E

		natural forests, distinguishing them from plantations and spatial distribution of natural forests is mapped.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework to ensure the design and implementation of REDD+ actions avoids the conversion of natural forests.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: REDD+ actions did not result in the conversion of natural forests to plantations or other land uses.

THEME E.2 Protect natural forests, biological diversity, and ecosystem services

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic legal framework identifies priorities for the protection and conservation of natural forest areas, biodiversity, and ecosystem services, to which REDD+ actions could contribute.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic legal framework to ensure REDD+ actions are designed and implemented with a view to avoiding adverse impacts on natural forest areas, biodiversity, and ecosystem services potentially affected.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: REDD+ actions promote the protection and maintenance of natural forest areas, biodiversity and ecosystem services.

CANCUN SAFEGUARD E

THEME E.3 Enhancement of social and environmental benefits

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	STRUCTURAL INDICATOR: Relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic legal framework regulate the assessment of social and environmental benefits of interventions in those sectors implicated for REDD+ actions.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have made use of mandates, procedures, and resources to implement relevant ratified international conventions, agreements, and/or domestic and if applicable, subnational, legal framework to ensure social and environmental benefits are identified and integrated into the design and implementation of REDD+ actions.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTCOME INDICATOR: REDD+ actions have contributed to delivering social and environmental benefits.

CANCUN SAFEGUARD F

THEME F.1 The risk of reversals is integrated in the design, prioritization, implementation, and periodic assessments of REDD+ policies and measures.²

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have identified and integrated measures to address the risk of reversals in the design, prioritization,

² In accordance and/or complementarity to technical measures and procedures to address reversals included in Section 7 of the Standard.

CANCUN SAFEGUARD F

		implementation, and periodic assessments of REDD+ actions.
--	--	--

No structure or outcome indicators have been developed for Safeguard F as these issues are broadly addressed by requirements in other sections of the Standard.

CANCUN SAFEGUARD G

THEME G.1 The risk of displacement of emissions is integrated in the design, prioritization, implementation, and periodic assessments of REDD+ policies and measures.

CONFORMANCE	PLAN FOR CONFORMANCE	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PROCESS INDICATOR: Public institutions have identified and integrated measures to address the risk of displacement of emissions in the design, prioritization, implementation, and periodic assessments of REDD+ actions.

No structure or outcome indicators have been developed for Safeguard G as these issues are broadly addressed by requirements in other sections of the Standard.

8. PARTICIPATION IN OTHER PROGRAMS

Disclose any existing REDD+ programs or projects under which some or all of the accounting area may generate credits or payment for performance.

As of the date of this submission, Tocantins does not have any other REDD+ programs or projects under which some or all of the accounting area may generate credits or payments for performance.

9. DOUBLE COUNTING

Indicate the intended use for ART emission reduction credits, if known. For example, if they will be used for compliance against NDC targets, for transfer to another entity for use, or a combination of both.

The main use of the emission reduction credits is for transfer to another entity for use, as well as, for compliance against NDC targets.

Provide a preliminary description of the plan and procedures to ensure double counting is avoided per Section 13, TREES Standard.

In its capacity of overseeing the Jurisdictional REDD+ Program, the State Secretary of Environment and Water Resources (SEMARH) will be also the responsible for avoiding double counting.

The risks for: i) Double issuance, ii) Double uses and iii) Double Claiming will be considered and appropriate mitigation measures will be designed.

SEMARH, with technical cooperation from GIZ and Earth Innovation Institute, will design a subnational accounting system for the jurisdictional REDD+ program, available online, to annually catalogue all emission reductions units earned and their respective uses.

The accounting system will consider the following potential uses that will be taken into account for deductions in calculating the total volume of emission reductions to be issued:

- by the state government for compliance with NDC targets;
- by the state government for payments based on results;
- by the state government or for jurisdictional offsets for the voluntary market through the public-private corporation (Tocantins Parcerias);
- by private REDD+ projects;
- as a buffer to cover potential own contributions;
- as a buffer to cover potential integration of private projects and any data inconsistency or leakage.